

O REGIME MILITAR BRASILEIRO E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: A EXPOSIÇÃO DE UMA SOLIDARIEDADE COLONIALISTA NA ÁFRICA

THE BRAZILIAN MILITARY REGIME AND THE PORTUGUESE NEW STATE: THE EXPOSITION OF A COLONIALIST SOLIDARITY IN AFRICA

LEANDRO ARRAES LIBERALI*

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma faceta – a que segue – da política internacional brasileira implantada com o advento do Golpe de 1964. Rompendo com a Política Externa Independente dos anos anteriores, veremos as motivações político-ideológicas que passaram a fundamentar os posicionamentos do Itamaraty quanto ao processo de descolonização africana. A análise é feita por meio da contextualização da orientação doutrinária que legitimou o golpe e a permanência dos militares no poder. Com a ditadura, houve uma aproximação do Regime com o Estado Novo português e o desengajamento da política de apoio frontal aos processos de descolonização dos territórios africanos sob domínio de Lisboa, diga-se, de Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique. Habitualmente, a historiografia da ditadura civil-militar tem enfrentado a temática das relações do Brasil com a África em termos de uma bilateralidade de cunho econômico por um lado, de cunho personalista por outro. Isso tem levado a se deixar de lado o estudo dos movimentos de construção dos modelos de engajamento adotados pelos diferentes governos. Espera-se, com este trabalho, indicar em que papel foi colocado o Brasil no complexo quadro da realidade africana e dos interesses ocidentais na região.

Palavras-chave: Regime Militar brasileiro; Estado Novo português; descolonização africana.

Artigo recebido em 09 de março e aprovado para publicação em 12 de abril de 2018.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista da CAPES. (Email: learrali@gmail.com).

Abstract: This article aims to present the facet – that follows – of the Brazilian foreign policy deployed with the advent of the 1964 Coup. Breaking with the Independent Foreign Policy of previous years, we will see the political-ideological motivations that substantiated Itamaraty's statements of African decolonization process. The analysis is made by means of the contextualization of doctrinal guidance that legitimized the coup and the military permanence in power. With the dictatorship, there was an approximation of the regime with the Portuguese New State and the disengagement of the policy of frontal support to the processes of decolonisation of African territories under Lisbon dominion, which were Guinea-Bissau, Angola and Mozambique. Usually, the historiography of the civil-military dictatorship has faced the theme of Brazil's relations with Africa in terms of a bilaterality traced by economic measures in one hand, personalistic in the other hand. This has led to put aside the study of the construction of models of engagement adopted by the different Governments. It is expected, with this work, to indicate in which paper Brazil was placed in the complex framework of African reality and Western interests in the region.

Keywords: Brazilian Military Regime; Portuguese New State; African decolonization.

De maneira geral, o argumento do tradicionalismo dos laços da amizade luso-brasileira costumava ser evocado pelos governos brasileiros que viam algum benefício para o país na manutenção da proximidade com Portugal, apesar das políticas colonialistas deste país na África. Ao mesmo tempo, eram governos que, mesmo que tivessem reservas quanto à colonização, teriam problemas em marcar suas posições diante do jogo de forças políticas tanto na esfera nacional quanto na internacional, sempre relacionadas. Em se tratando de governos progressistas, populares ou autonomistas, como os de Juscelino e Goulart, ou mesmo o de Quadros, a dubiedade acabou marcando suas atitudes. Pois mesmo que fossem contra as políticas colonialistas, não se viam capazes de efetivamente sustentar posições e enfrentar o jogo político diante de pressões e dependências internas e externas. Deste modo, costumavam, quando viável, apoiar medidas que de alguma forma apontassem para a possibilidade de aprofundamento da autonomia dos países africanos, ao mesmo tempo em que se abstinham de votar contra os interesses das potências ocidentais na África.¹

O acompanhamento mais de perto do processo de descolonização – maneira corrente pela qual as diplomacias se referiam aos países que iam deixando de ser territorialmente dominados pelos europeus – e o papel mais ativo na denúncia do colonialismo e do racismo na África perante a ONU começaram no Brasil nos anos 50. Entretanto, a primeira vez em que a diplomacia brasileira se pronunciou sobre o assunto foi sob Gaspar Dutra. Nesse governo, entre 1946 e 1951, foram acompanhadas as teses das potências coloniais que sustentavam seus interesses no continente africano. Essa situação de convivência com as metrópoles europeias viria a ser alterada pelo

¹ PINHEIRO, Letícia. "Ao vencedor, as batatas": o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*. V. 1, n. 39, p. 85-92, 2007.

presidente Getúlio Vargas, que assumiu o poder em seguida. Seu governo fez críticas ao contexto internacional de congelamento da descolonização africana, questionou as desigualdades estruturais da economia internacional, e apontou a necessidade de se observarem as carências africanas como condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Embora não apoiasse diretamente a tese da descolonização, o Brasil adotava uma postura mais autônoma diante da questão. Sob Juscelino Kubitschek, período em que houve a independência de 17 países naquele continente, o que se viu foi a abstenção do governo em se posicionar e manifestar sobre o assunto. As atenções foram voltadas para as relações entre Europa e África que afetavam economicamente o Brasil, independentemente das políticas coloniais vigentes.²

No início da década de 60, com a Política Externa Independente (PEI) dos governos Jânio Quadros e João Goulart, os chanceleres brasileiros adotaram uma postura mais empenhada no apoio à descolonização. Isso, diante do quadro imobilista da política colonial de Portugal, com quem se tinha um Tratado de Amizade e Consulta que estabelecia mecanismos de conversações prévias no campo dos interesses mútuos dos dois países. Assim, Affonso Arinos, chanceler de Quadros, estabelecia o posicionamento anticolonialista brasileiro ressaltando que a decisão, de conteúdo político, em nada diminuía o apreço, o respeito e a solidariedade do Brasil aos portugueses. Assim, na abertura da Assembleia Geral da ONU em 1961, Arinos previa que a libertação dos povos colonizados não retrocederia e afirmava “uma conduta firmemente anticolonialista e antirracista” por parte do Brasil. Mesmo a França, após a evocação de uma amizade tradicional entre os países, era instada a assegurar a autodeterminação da Argélia.

Deve-se observar, entretanto, que o empenho brasileiro no encaminhamento dessas questões, se mantinha dentro dos limites da aceitação e disposição da aplicabilidade do princípio da autodeterminação por parte dos colonialistas europeus. O Brasil, no máximo, exortava Portugal a “assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola”.³ Ou seja, não seria dado nenhum apoio aos movimentos de libertação nacional africanos por vias que não seguissem as relações diplomáticas tradicionalmente estabelecidas.

Esse quadro foi seguido pelo presidente João Goulart. Ao apresentar à Câmara dos Deputados o programa do governo para a política internacional em setembro de 1961, Tancredo Neves, presidente do Conselho de Ministros, afirmou a crescente solidariedade do Brasil com os povos aspirantes à independência por duas motivações centrais. Moralmente, por ser ex-colônia, no

² Ver: SARAIVA, José F. Sombra; GALA, Irene Vida. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. *X Congresso Internacional da ALADAA*. Rio de Janeiro: UCAM, 2000.

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>

³ Conforme Sérgio Eduardo Moreira Lima em: LIMA, Sérgio & SANTOS, Luís C. (orgs.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos*. Brasília: Funag, 2015, pp. 16-21.

sentido de termos passado pela mesma opressão do jugo colonial. Economicamente, pela posição artificial de vantagem – tanto pelas condições de trabalho como nas operações econômicas – com que as metrópoles concorriam no mercado internacional com as matérias-primas exploradas pelo Brasil. Acrescentava que a eliminação do colonialismo era indispensável à preservação da paz, o que solidarizava quase todos os países independentes no apoio aos povos que lutavam pela emancipação. Mas ao mesmo tempo, afirmava que era

um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.⁴

Em declaração ao Conselho de Segurança da ONU, em julho de 1963, o Brasil expunha seu ponto de vista quanto ao pedido de trinta e dois Estados-membros africanos que solicitavam o exame da “situação dos territórios sob dominação portuguesa”. Evocando a Carta de São Francisco, que “pôs ponto final à ‘legalidade’ do colonialismo” perante a ONU, a delegação brasileira concluiu que: o Brasil não aceitava a interpretação portuguesa que considerava seus territórios coloniais províncias ultramarinas; em consequência, rejeitava a tese de que esses territórios se encontravam fora da competência das Nações Unidas; afirmava a convicção na evolução pacífica do problema, devendo ser solucionado no contexto da paz e da segurança internacionais; e sustentava que a única solução possível para aqueles povos era a autodeterminação e independência. Para se chegar a esse fim, considerava “indispensável a plena e irrestrita colaboração de Portugal”, a quem não se abdicava a “esperança de uma ação radicalmente nova e altamente construtiva”. Colocava-se à disposição disso o serviço da diplomacia brasileira, mantendo a postura de tratar o assunto pelas vias tradicionais.⁵

Em setembro do mesmo ano, na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, o então chanceler Araújo Castro – quinto e último a ocupar a chancelaria ao longo do governo Goulart – apontava para a emergência de um novo bloco de países, configurado em afinidades em torno de objetivos e reivindicações comuns, almejando se distinguir das forças político-ideológicas estabelecidas. Tratava-se de uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se uniam fora ou à margem das polarizações dominantes, em torno de três temas fundamentais: o *Desarmamento*, o *Desenvolvimento econômico* e a *Descolonização*. Considerando “superado o

⁴ Programa de Governo – Política Internacional. Apresentado à Câmara dos Deputados pelo presidente do Conselho de Ministros, dr. Tancredo Neves, em 28 de setembro de 1961. Em: FRANCO, Alvaro (org.). *Documentos da política externa independente*. Brasília: Funag, 2007-2008, volume. 1, p. 175.

⁵ Declaração do representante do Brasil no Conselho de Segurança, sobre a situação dos territórios sob dominação portuguesa. Circular n. 4.784, de 12 de agosto de 1963. Em: *Ibid.* Volume. 2, pp. 155-160.

velho esquema maniqueísta”, essa articulação, ainda embrionária, buscava transcender a “antiga” divisão internacional entre Ocidente, Oriente e mundo não-alinhado ou neutro. O movimento dos três *Ds* viria a exigir o cumprimento da Carta de São Francisco, documento da própria ONU que legitimava seus valores. Note-se que o chanceler afirmava que o Brasil nunca aceitou a designação de *neutralismo* para a PEI. Segundo o próprio, o país não pertencia a blocos, mas integrava um sistema concebido como “um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da comunidade das nações”. Assim, o Brasil pretendia se colocar entre os latino-americanos e afro-asiáticos que constituíam a ampla maioria da Organização, e tinham por objetivo impulsionar sua renovação.⁶ Intenções que em nada indicavam qualquer engajamento no conflito Leste-Oeste.

Com o golpe de 64, houve uma ruptura completa com o modelo da PEI. Após a instalação da ditadura, o governo Castello Branco adotou uma política internacional que comprometeu o Brasil no quadro da polarização global. O alinhamento automático aos EUA, visto como o país líder do Ocidente, foi estabelecido. Do mesmo modo, foi tomada uma atitude de apoio a Portugal nos fóruns da ONU, ao mesmo tempo em que se procurava dissociar essa conduta de qualquer caráter colonialista e racista. O que sustentava esse procedimento era o fato de que esses movimentos de libertação africanos em geral se aproximaram do Oriente, diga-se, do socialismo soviético, no quadro da Guerra Fria. Buscavam recursos militares e logísticos inviáveis de se conseguir entre as potências ocidentais, solidárias na repressão contra o que denominavam “terrorismo”. Portanto, apoiar a descolonização era entendido como apoio aos movimentos de libertação vinculados ao comunismo. Essa postura era abraçada tanto em detrimento de oportunidades econômicas quanto da imagem do país diante da diplomacia internacional, pois em muitos fóruns o Brasil se isolava politicamente ao lado de Portugal e da África do Sul do *apartheid*.

Logo após o golpe, ideólogos e estrategistas sob Castello Branco, entre eles Golbery, “enfaticavam a importância de afastar a suposta ameaça comunista, aumentando a proteção do Atlântico Sul”⁷. A questão era vista de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, nos termos dos dois blocos antagônicos. Partindo desse princípio, Castello adotou o reforço da ideia da Comunidade Luso-Brasileira e o alinhamento às políticas colonialistas portuguesas. Seu sucessor, Costa e Silva, interessado numa exploração proveitosa para a economia brasileira, passaria a ter uma postura mais crítica em relação às políticas colonialistas lusas. Porém, após queixas de Salazar, acabou optando por acordos que garantissem privilégios no continente via intermediação de Portugal. Essa política foi mantida e aprofundada por Médici, com a assinatura de novos

⁶ Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro na abertura da XVIII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1963. Circular n. 4.854, de 19 de setembro de 1963. *Ibidem*, pp. 190-1.

⁷ PINHEIRO. *Op. cit.*, p. 89.

tratados que permitiram às empresas brasileiras operar nas colônias portuguesas. Entretanto, isso não impediu que se iniciasse um processo de tentativa de aproximação com o continente africano como um todo. É claro, dentro dos preceitos da ideologia de segurança nacional e da hierarquia ocidental.⁸

Documento expressivo da política do Regime Militar é a Exposição de Motivos⁹ encaminhada pelo então ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, ao ditador-presidente Médici, em janeiro de 1974, já em fins de mandato. Logo de início, relata-se que em 20 de dezembro de 1973 o sucessor de Oliveira Salazar na ditadura do Estado Novo portuguesa, o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, “Professor” Marcello Caetano – substituto de Salazar em 1968 –, dirigira carta pessoal ao chanceler em que se queixava de a delegação brasileira ter se ausentado ou abtido de votar dois projetos de resolução considerados por ele antiportugueses. Nessa missiva, afirmava o mandatário que esse tipo de atitude poderia criar “mal-entendido grave nas relações luso-brasileiras” e “suscitar atritos”. Barboza observava que na carta o “Professor” Caetano não tinha qualquer palavra de reconhecimento pelos cinco votos que, no mesmo evento, o Brasil dera, acompanhando escassa ou escassíssima minoria, contra projetos de condenação de Portugal. Nem se referia ao apoio que o Brasil vinha dando a Portugal, na ONU e em outros foros, nos últimos 15 anos, mesmo sem ignorar o crescente desgaste que isso vinha causando à posição parlamentar brasileira em diversas organizações internacionais, além do desgaste das relações do país com Estados de crescente importância na comunidade internacional. Considerando imprópria e impertinente, afirmava que a queixa contrastava com condutas assumidas por Lisboa no passado, quando se agradecia por simples abstenções a projetos considerados lesivos aos interesses portugueses.

Gibson mostrava ser “chocante a indiferença” com que o governo português via o desgaste brasileiro. Erosão que, asseverava, e Portugal tinha plena ciência, seria cada vez maior em se mantendo a postura. Após carta-resposta do chanceler brasileiro, Caetano confessara-se rendido pelos argumentos em torno das duas votações de que se queixara.

Antes de chegar a essa conclusão, Caetano já havia concedido uma entrevista a *O Globo*, em 28 de dezembro de 1973, na qual afirmava não desejar a intermediação do Brasil na busca por soluções do problema das possessões portuguesas na África. Declarou que apenas apreciaria a ajuda brasileira para explicar aos países africanos sua posição. Isso equivalia, constatava Gibson, a

⁸ Ibidem, pp. 89-90.

⁹ As referências feitas a partir daqui ao documento Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42)(A), de 22 de janeiro de 1974 (Arquivo do Itamaraty) se encontram em: LIMA, Sérgio & SANTOS, Luís C. (orgs.). *Op. cit.*, pp. 71-120.

uma solicitação de que se desse cobertura à política de Lisboa e com ela se alinhasse incondicionalmente.

Somando-se carta e entrevista, o ministro chegou à conclusão de que o governo Marcello Caetano dera passo atrás na política que parecia vir desenvolvendo, e fechara a porta a qualquer solução negociada, pelo menos a curto prazo, para o problema ultramarino. O ministro português Rui Patrício também havia acabado de afirmar ao secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, em visita a Lisboa, que Portugal resolveria por si, “exclusivamente por si”, suas questões africanas. Dessa forma, se antecipava à sugestão que Kissinger viria a lhe fazer de adotar uma solução negociada com os movimentos nacionalistas africanos, o que via como o único caminho viável. Concluía ainda Gibson, que o governo português considerava que a ação do Brasil tinha o limite preciso da adesão sistemática e irrestrita às teses portuguesas. O que implicava “uma espécie de satelitização de nossa política externa à política externa lusitana”.

Assim, continuava Gibson Barboza, enquanto o Brasil via na Comunidade Luso-Brasileira um instrumento para a preservação e a ampliação dos valores lusos no mundo e como um dos elementos de universalização de sua política externa, Portugal a via como instrumento de consecução de seus objetivos nacionais exclusivos, sem levar em conta os interesses brasileiros, de raio de ação em ampliação. Expôs que enquanto o Brasil absorvia com serenidade votos contrários de Portugal a projetos de interesse brasileiro e mesmo tolerava, “com paciência”, situações em que unicamente Portugal votava contra o Brasil, os portugueses reclamavam até das táticas eleitorais brasileiras, ameaçando com a deterioração das relações – exemplos de votos portugueses contra os interesses brasileiros foram referentes à Organização Mundial do Café e sobre produtos de pesca.

Com respeito às “possessões ultramarinas” – expressão pela qual o Brasil se referiu aos territórios ultramarinos portugueses até o início da década 50 –, a política de Médici foi a de evitar todo e qualquer envolvimento político ou sobretudo militar quanto ao problema colonial. Ao mesmo tempo, incentivava o desenvolvimento de relações comerciais e culturais, desde que isentas de conotação de apoio à política portuguesa na África ou “da aceitação da ficção jurídica de que constituem províncias de um Estado unitário”. Segundo Gibson, a formação de uma zona de livre comércio entre Brasil e Portugal não foi adiante para evitar problemas com países parceiros latino-americanos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Isso levaria a uma incompatibilidade diante de compromissos assumidos e faria com que produtos portugueses competissem intensamente no mercado nacional, sobretudo contra artigos argentinos e chilenos, num quadro onde a exploração colonial garantia baixos preços.

No plano político, o governo evitou a presença de embaixadores brasileiros em quaisquer visitas oficiais a “territórios ultramarinos”, mas manteve em pleno funcionamento os Consulados-Gerais de Lourenço Marques e Luanda. Em documentos públicos de nível ministerial ou presidencial, evitou-se demonstrar a aceitação da tese portuguesa de que aqueles territórios, caracterizados como autônomos pelas Nações Unidas, fossem considerados províncias ultramarinas de um Estado unitário. Entretanto, deve-se ter em mente que os consulados brasileiros mantinham relações com a administração colonial portuguesa, conservando distância dos movimentos nacionais angolanos e moçambicano que lutavam pela independência.

No plano da atuação diplomática nos organismos internacionais, o Brasil vinha se opondo a todos os projetos de expulsão de Portugal desses órgãos. O voto brasileiro era geralmente acompanhado de apenas cinco ou seis países, às vezes menos, o que não impedia que Portugal fosse sendo paulatinamente expulso de organizações especializadas da ONU e mesmo de entidades puramente técnicas, por esmagadora maioria. A mesma vultosa maioria, que incluía membros da Otan, aprovava sistematicamente resoluções contra a política portuguesa na África, o que expunha o isolamento de Portugal. Mesmo assim, o governo Médici quase sempre votava contra esses projetos, tendo as delegações brasileiras a instrução permanente de se absterem no caso de se verem acompanhados em seu voto apenas por Portugal e África do Sul, o que caracterizaria – no cálculo do Itamaraty – o virtual isolamento brasileiro. Ao longo desses anos, os projetos “antiportugueses” foram se multiplicando e aumentando em agressividade e virulência, o que vinha sendo usado para justificar o apoio brasileiro. Mas à medida que se radicalizavam as resoluções e se solidificavam em quase unanimidade, aumentava o desgaste da posição do Brasil.

Em visitas autorizadas por Médici a vários países da África Atlântica, Gibson, “por dever de lealdade entre as duas Nações que formam uma comunidade espiritual e mantêm relações especiais”, comunicou aos portugueses suas intenções. Informava mesmo que esperava colocá-las num nível que pudesse gerar resultados positivos para Portugal. A reação lusitana foi negativa, com Patrício chegando a declarar que não entendia a aproximação brasileira com países adversários de seu país. A resposta foi a de que o Brasil tinha interesses próprios e política soberana, não admitindo que a política de aproximação com a África “viesse a ser absurdamente considerada, nem de longe, como hostil a Portugal”. Isso levando-se em consideração que nenhum país em conflito de libertação com os portugueses seria visitado.

As visitas, ocorridas entre outubro e novembro de 1972, foram à Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (Benin), Zaire (Congo), Gabão, Camarões, Nigéria e Senegal, todos de orientação ocidental. Os objetivos consistiam em: aumentar o peso específico e o prestígio do Brasil no continente, com vistas ao desenvolvimento nacional; reduzir desconfianças de outros países em

desenvolvimento de que o Brasil pretendia agir isoladamente, desejando ampliar a distância que o separava dos países menos desenvolvidos da Ásia e da África; começar a expandir, dentro das possibilidades e recursos, a presença brasileira na África atlântica, onde se previa o crescimento dos interesses e responsabilidades brasileiras; examinar os interesses comuns aos países em torno do Atlântico Sul e as possibilidades de uma política coerente e coletiva de direito ao mar; ampliar mecanismos de consulta e colaboração sobre produtos primários, especialmente os tropicais; estimular o crescimento de correntes de comércio efetivas; estabelecer modelos de cooperação cultural e assistência técnica; trocar pontos de vista sobre temas de grande interesse internacional e assegurar simpatia para as teses brasileiras, em especial de países altamente influentes na comunidade africana, que constituía então a maior e uma das mais coesas congregações de países nos organismos internacionais; e atenuar, pela exposição das razões do governo, o clima de desconfiança criado no continente em virtude das posições assumidas pelo Brasil diante do “problema dos territórios ultramarinos portugueses”.

A única situação, “extremamente grave”, que o chanceler apontou ter tido que enfrentar na viagem foi exatamente a da posição do Brasil quanto aos territórios ocupados por Portugal. Todos os chefes de governo e ministros dos países visitados asseguravam, com maior ou menor ênfase, que não seria tolerada a manutenção do *status quo* português, que desejavam solução pacífica para o problema, que na ausência de qualquer abertura negociadora seria imposta a ação armada coletiva – citavam um exemplo sul-americano, quando Bolívar e San Martín convergiram para a libertação do Peru – e que após conquistada a independência seria desejável a manutenção de laços estreitos com Portugal – citavam o exemplo das ex-colônias francesas com a França e, em menor grau, entre as ex-colônias britânicas e a Grã-Bretanha.

O ministro afirmava que a insistência com que o problema colonial era abordado em todos os Estados que visitou era explicada pelo fato de todos saberem das relações especiais mantidas pelo Brasil com Portugal. Quanto a isso, o chanceler respondia sempre que “desejamos manter esse relacionamento especial, *que nos é imposto pela história e pela cultura*”, o que a ditadura havia severamente levado ao pé da letra desde o golpe de 64. Embora diplomaticamente denotassem compreender e apreciar esses motivos, apresentavam o próprio Brasil como exemplo a ser seguido após a obtenção da independência. Para além, determinavam que nenhum deles aceitaria uma posição brasileira que pudesse ser interpretada como solidária ao colonialismo português, nem compreenderiam uma atitude imobilista diante da questão.

O Brasil era visto como politicamente importante para os africanos exatamente em função de suas relações especiais com Portugal. Esperava-se “decididamente” que o governo brasileiro pudesse influenciar os portugueses para que abandonassem a negativa postura de imobilidade em

que se encontravam. Diante disso, Gibson receava que, permanecendo a intransigência portuguesa e mesmo a possibilidade da exacerbação de suas posições, a diplomacia brasileira na África se tornasse “muito difícil, árdua e precária”. A única solução seria se dissociar publicamente do problema.

Se o ministro brasileiro considerou excelente a receptividade com que foi tratado pelos países visitados, o mesmo não aconteceu com os movimentos nacionalistas angolanos e moçambicanos, que ignoraram sua passagem pela África. Isso contrastava com o que ocorrera na maioria das missões anteriores, quando os brasileiros eram procurados com insistência por representantes do mais alto nível daquelas organizações. A única exceção foi uma mensagem telegráfica proveniente do ainda vivo Amílcar Cabral, na qual ele saudava “o grande povo irmão do Brasil, e seu Governo e todos os povos da América Latina” (sic), ressaltando que os guineanos se sentiam ligados ao povo brasileiro por “laços de sangue, cultura e história”. Desejava, “ardentemente”, estabelecer com o Brasil “amplas relações fraternais em todos os planos”, uma vez conquistada a independência. O mesmo desejava edificar junto ao povo de Portugal, que nunca fora confundido com o colonialismo português. Nesse sentido, esperava “com confiança” que o governo brasileiro soubesse definir claramente uma posição firme contra a política colonial portuguesa, o que corresponderia aos sentimentos anticolonialistas de povos irmãos. E encerrava,

pelo direito inalienável de nossa Nação africana de ser independente, livre e soberana, seguindo o exemplo fecundo do povo brasileiro, que, após a conquista da independência, estabeleceu e desenvolveu relações de amizade e cooperação com todos os povos, em primeiro lugar com o povo português.¹⁰ (Sic)

Apesar de tudo, ao longo da viagem, Gibson, mesmo ciente do risco de comprometê-la, assegurou ter impedido que se figurasse em qualquer documento a menor censura aos portugueses. Indo além, nos discursos públicos expressava a dívida de gratidão do Brasil para com Portugal, por sua contribuição à formação brasileira. De regresso, ainda se encontrou com o embaixador português para numa longa exposição transmitir suas preocupações quanto à aceleração dos acontecimentos na África. Observava, entretanto, não ter recebido qualquer gesto de reconhecimento pelos riscos assumidos.

Quanto ao crédito dado ao Brasil, considerado o único Estado a poder exercer influência sob Portugal, afirmou que essa confiança se esgotaria na medida em que o governo se abstinhasse de tratar do assunto com Lisboa, o mesmo ocorrendo se ficasse evidente a impossibilidade de qualquer influência ou persuasão junto aos portugueses. Uma “verdadeira hipoteca, que não assumimos, mas que nos vem sendo imposta por circunstâncias de natureza predominantemente afetivas”.

¹⁰ Ibidem, p. 88.

Persistindo a incapacidade de se fazer ouvir por Portugal e acentuando-se o imobilismo, não haveria outra saída senão a confissão, implícita ou explícita, do malogro brasileiro. Incapaz de convencer Portugal a adotar uma política “mais racional”, o Brasil dava a entender que passaria a votar nas Nações Unidas tendo em conta exclusivamente seus interesses, deixando patente a dissociação com os portugueses na matéria – mas isso não chegou a ocorrer sob Médici.

O ministro Rui Patrício, em resposta, declarou que o voto brasileiro na ONU não era em si mesmo importante para Portugal do ponto de vista parlamentar. Entretanto, teria um efeito interno devastador junto à opinião pública portuguesa. Desta forma, se dispôs a realizar encontros para dialogar com homens de Estado africanos e com a Organização da Unidade Africana (OUA), deixando claro que não poderia estabelecer conversações com dirigentes de movimentos rebeldes. Destacou que embora o governo português pudesse concordar com o diálogo, não deveria haver condições prévias. Ademais, não poderia declarar isso publicamente, sobretudo depois de, em novembro de 1972, o Conselho de Segurança ter votado pela recomendação de que o governo de Lisboa iniciasse imediatas negociações com os movimentos rebeldes de seus territórios ultramarinos. Estados Unidos, Reino Unido e França apoiaram a medida, e aceitá-la seria uma mostra de aceitação de intromissão em assuntos internos.

Gibson passou então a tentar atuar como mediador entre Portugal e a África. Propôs um encontro com quatro ou cinco estadistas africanos, ao que foi contestado positivamente, desde que em local neutro. Sugeriu que o Brasil estaria às ordens, disposto a garantir todas as facilidades para a reunião. Patrício agradeceu e recomendou inicialmente um encontro entre ministros de Negócios Estrangeiros, avançando para uma conferência entre Chefes de Governo em caso de avanços significativos. Concordou também que isso fosse transmitido ao ministro do Quênia, com quem Gibson se encontraria em poucos dias.

No Quênia, o chanceler Mungai recebeu com satisfação as indicações das conversas de Gibson com Patrício. Isso ficou marcado como um crédito. O queniano concordou não só em transmitir esses entendimentos, como em realçar os esforços conciliatórios que vinham sendo desenvolvidos pelo Itamaraty. Em discurso de 12 de dezembro de 1973, data da celebração do X Aniversário da Independência do Quênia, Mungai viria a recordar os esforços que o Brasil, “amigo da África e de Portugal”, estava empreendendo. Ainda no país africano, auxiliares de Gibson foram procurados por dois líderes do Movimento de Libertação de Moçambique (Molimo), facção dissidente da Frente de Libertação de Moçambique. Eles vieram manifestar o interesse em receber apoio do Brasil para a formação de quadros políticos profissionais. Advogavam uma solução negociada para o colonialismo, se opondo à luta armada promovida pela Frelimo.

Fazendo escala em Lisboa no retorno da viagem, Gibson informou a Patrício a receptividade que encontrara no Quênia. Nessa segunda conversa, o ministro português mostrara-se “muito mais aberto”, manifestando o desejo de Marcello Caetano de que o Brasil continuasse a atuar no assunto. Pela primeira vez, o Brasil foi solicitado por Portugal para ajudar “a estabelecer o diálogo, que atuássemos como intermediários ou exercêssemos os nossos bons ofícios para retirar o problema ultramar português do verdadeiro círculo de giz em que se encontra(va)”¹¹. Gibson chegou a ver com isso uma diplomacia brasileira não mais apenas com o ônus de um contencioso que não era seu, e no qual não tinha palavra. Agora, de maneira inédita, via a possibilidade de exercer certa influência no sentido de ajudar a encontrar uma solução pacífica para um conflito que se prolongava há mais de 13 anos. Numa perspectiva que não fosse contra Portugal, nem sobretudo contra o Brasil.

Terminada a viagem, e tendo Mércidi aprovado a linha de ação desencadeada pelo seu chanceler, Gibson iniciou entendimentos básicos com os embaixadores da Costa do Marfim, Senegal e Portugal em Brasília, estabelecendo-se um fluxo de informações. O Itamaraty se colocou à disposição para facilitar e secretariar um encontro, embora deixasse claro que dele o Brasil estaria ausente. As conversas deveriam se restringir a Portugal de um lado e Costa do Marfim, Senegal, Quênia, Zaire (Congo) e Nigéria do outro. As reações favoráveis não tardaram a chegar. Entretanto, havia a insistência de que a reunião não levaria a grandes resultados caso não houvesse a presença de representantes dos movimentos nacionalistas angolanos, guinéus e moçambicanos. Chegou-se a aventar a possibilidade de o primeiro encontro se restringir ou priorizar a discussão sobre o problema da Guiné, já em estágio avançado. Porém, foi apresentada a objeção formal portuguesa de sentar-se à mesa com lideranças consideradas terroristas, e cuja representatividade negavam inteiramente. Gibson sugeriu que se contornasse a situação com representantes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), ou outros movimentos, sentando-se como membros da delegação de algum dos países que estariam presentes. Houve concordância.

Do lado de Portugal, o “Professor” Caetano se referia a um “estado de esclerosamento político e espiritual” (sic) recebido do longo governo Salazar. Apresentou dificuldades que encontrava para fazer aberturas de ordem interna, essenciais para a alteração da política ultramarina. Reconheceu que o preço da guerra sustentada na África era cada vez maior, especialmente no plano psicológico e moral, pois que os quatro anos devidos de serviço militar no ultramar impactavam na vida universitária ou no trabalho produtivo dos jovens. Quanto à Guiné, disse ali existir um “caso de colonialismo típico”, que não seria difícil realizar conversações para sua independência ou mesmo decidi-la unilateralmente. Entretanto, ele ligava o problema a Cabo

¹¹ *Ibidem.* p. 95.

Verde, conjunto de ilhas que foi descoberta desabitada e foi povoada com europeus e africanos. Caetano dava a entender que se lograsse separar as questões poderia avançar mais facilmente na direção da concessão da independência à Guiné, e ao mesmo tempo, procrastinava a questão. Nesse sentido, estimulou o Itamaraty a continuar os esforços para promover o encontro com os ministros africanos, e agradeceu a ajuda do Brasil em um momento tão difícil da história portuguesa.

Gibson lhe assegurou que persistiria, pois não via outra solução para o problema. Parecia-lhe impossível para Portugal obter uma vitória militar decisiva fosse na Guiné, em Angola ou em Moçambique. Seria inviável também lograr apoio internacional, mesmo entre seus aliados da Otan. Alguns deles consideravam a presença de Portugal na organização como um peso negativo crescente, só justificado pela importância estratégica para os Estados Unidos na Ilha de Açores. Havia entre Lisboa e Washington um acordo, de renovação anual, que permitia aos americanos a manutenção de uma base aérea na localidade, utilizada como ponto de apoio intermediário para operações no Oriente Médio. Apesar disso, os próprios Estados Unidos já haviam manifestado várias vezes sua discordância com a política colonial portuguesa, expressando ao governo brasileiro a vontade de unir esforços para forçar Portugal a uma solução negociada com os movimentos rebeldes. No início de 1972, conforme o ministro, conversas secretas foram realizadas no Departamento de Estado norte-americano entre representantes do Itamaraty e dirigentes da política africana dos EUA. Esse encontro foi solicitado expressamente por Washington. Os americanos haviam manifestado “de forma clara e incisiva” sua preocupação pelo estado de coisas nas possessões portuguesas. Acentuavam que cada dia de independência procrastinada era um dia perdido pelo Ocidente e ganho pelos comunistas. Era preciso tratar o problema com urgência, enquanto ainda se podia ter influência junto aos movimentos nacionalistas, em cujos quadros constavam numerosos elementos formados nos Estados Unidos.

Em Brasília, Gibson chamou o embaixador do Senegal e lhe pediu que transmitisse ao seu presidente as observações de Caetano sobre o desmembramento dos problemas de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Poucos dias depois, por carta, o mandatário africano ponderava que a maioria dos dirigentes do PAIGC era proveniente de Cabo Verde, o que tornava praticamente impossível separar os dois problemas. Além disso, o Itamaraty estava ciente de que sem a presença dirigente dos cabo-verdianos, a Guiné perderia as poucas características lusitanas que tinha, e que eram restritas à parte litorânea. Fora do litoral, as populações guineanas eram vistas como esmagadoramente muçulmanas e arabizadas, enquanto os cabo-verdianos eram cristãos, mulatos e falavam um português muito semelhante, quase idêntico, ao português do Brasil; “os cabo-verdianos costumam dizer que são quase brasileiros”¹². Assim, o Itamaraty considerava que a

¹² *Ibidem.* p. 100.

divisão proposta pelo chefe português não interessava, a longo prazo, ao Brasil e sua projeção futura no continente africano.

Outra razão que havia sido apresentada por Caetano, como fator de hesitação, era a certeza que dizia ter de que, uma vez independente, a Guiné-Bissau seria imediatamente anexada pela Guiné-Conacri, argumento também apresentado ao presidente Senghor. Este lhe assegurou por escrito que o Senegal garantiria, com outros Estados africanos a ele ligados, a integridade territorial de Guiné-Bissau e sua independência, mesmo que para isso se tivesse de recorrer às armas – note-se que Léopold Senghor foi o primeiro chefe de Estado africano a pisar em solo brasileiro, no governo Castelo Branco, seis meses após o Golpe, portanto, era um estadista engajado no conflito leste-oeste, pró Ocidente¹³. Além disso, havia a avaliação de que o presidente Sekou Touré, da Guiné-Conacri, era visto como politicamente irresponsável pelos seus equivalentes africanos. A difícil situação econômica em que se encontrava seu país o obrigava a reaproximar-se de seus vizinhos e da França, inviabilizando qualquer tentativa no sentido indicado.

Transmitidas ao governo de Lisboa as manifestações de Senghor, Rui Patrício encaminhou carta ao Itamaraty agradecendo pelos serviços prestados a Portugal, por ter reaberto um diálogo que estava há muito tempo morto. Entretanto, enquanto o embaixador do Senegal continuava se movimentando nada mais foi ouvido do lado português, embora Gibson continuasse enviando seus recados. O brasileiro atribuiu esse silêncio ao processo eleitoral em curso no país europeu, no qual se esperava uma vitória da facção caetanista, para então serem retomadas as conversas. Nesse ínterim, e diante da ausência de fixação de datas, o embaixador da Costa do Marfim aconselhou Gibson a frear seus esforços de intermediação. Em seu país, “o mais moderado de toda a África”, o sentimento prevalecente era o de que o Brasil estava se expondo a ver interpretada sua boa vontade como a de um agente a serviço do governo português, adiando toda e qualquer solução do assunto ao colocar num futuro indefinido uma eventual reunião de ministros. Com o silêncio português e a sugestão do embaixador marfinense, o chanceler brasileiro passou a aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

Realizadas as eleições portuguesas e definido o novo gabinete, verificou-se a permanência de Rui Patrício como ministro dos Negócios Estrangeiros. Já um sinal de continuidade de uma política de não abertura. Quando o chanceler marfinense esteve no Brasil, em novembro de 1973, reiterando seu interesse em ver o Brasil dar prosseguimento aos esforços de convencimento de Portugal, já “parecia claro” que a ideia do encontro de ministros havia sido descartada por Lisboa.

¹³ SARAIVA; GALA. *Op. cit.*

As atitudes portuguesas aqui indicadas, somadas à carta de dezembro de 1973 e à entrevista a *O Globo* – inicialmente citadas –, confirmavam para Gibson o recuo na posição portuguesa. Esta passou a ser considerada “pelo menos tão intransigente quanto no período de Salazar”¹⁴. Além disso, Marcello Caetano confirmava no plano externo uma tendência vista no plano interno. Seu governo, que teria partido de uma “posição modernizante”, estaria envolvendo sem cessar para matrizes salazaristas que ele próprio havia dito combater.

Segundo Gibson Barboza, a posição brasileira, inspirada por vínculos históricos, culturais e afetivos, se materializando em votos a favor de Portugal ou abstenções nas questões relacionadas ao confronto luso-africano, tinha como fundamento o princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados. Essa linha de atuação, entretanto, vinha sendo considerada, de maneira infundada, do ponto de vista do chanceler, como um apoio irrestrito à política portuguesa na África. Assim, na medida em que essa “interpretação” conflitava com os interesses do bloco africano, se poderia esperar: prejuízos para Portugal, por facilitar “de maneira indireta” a libertação violenta dos territórios ocupados; óbice ao desejo brasileiro de penetração político-econômica naquele continente; restrições impostas pelos países africanos e seus aliados ao comércio, inclusive no “delicado” setor de importações de petróleo; e o enfraquecimento da ideia de comunidade afro-luso-brasileira.

A posição brasileira de manutenção, e expressão política, da amizade com Portugal, país virtualmente isolado, que contava com o apoio irrestrito apenas do regime segregacionista da África do Sul, gerava ainda mais dificuldades. Estados Unidos, Reino Unido e França, votavam contra ou a favor de resoluções antiportuguesas na ONU conforme seu interesse político direto, e o mesmo ocorria em se tratando de interesses econômicos, no sentido de dar suporte a empresas de capital de seus países com investimentos em projetos portugueses em Angola ou Moçambique. Ainda assim, todos se manifestavam sistematicamente a favor de projetos de condenação do colonialismo português na África. Na Otan, os europeus a cada reunião solicitavam uma solução definitiva para a política colonialista, sendo esta a principal responsável por Portugal não ter ainda encontrado condições para entrar no Mercado Comum Europeu, ou a ele associar-se.

Dessa forma, Gibson reconhecia que a posição brasileira nos organismos internacionais, diante de seus votos relativos à questão portuguesa, se tornava a cada ano mais precária. O crédito logrado como mediador em potencial se esvaía rapidamente. E a credibilidade conseguida com a tentativa de intercessão promovida nos dois anos anteriores se esgotou com as declarações de Marcello Caetano em fins de 73. Assim, a situação parlamentar brasileira se via “seriamente ameaçada” e as teses de seu interesse poderiam vir a ser sistematicamente boicotadas pelo bloco

¹⁴ *Ibidem.* p. 102.

africano e não-alinhado. Estes se mostravam decididos a votar maciçamente contra as pretensões do Brasil, não por hostilidade, mas para pressionar a uma dissociação pública com a causa portuguesa. Para os governos africanos as prioridades absolutas se tornavam o fim do colonialismo português, o combate ao regime racista da Rodésia (Zimbábue) e a liquidação do *apartheid* na África do Sul. Diante disso, não se mostravam mais dispostos a, como bloco, admitir posições de – pretensa – neutralidade e equidistância. Sua capacidade se media por serem o bloco mais numeroso na ONU, no movimento dos não-alinhados e no Grupo dos 77, podendo compor esmagadora superioridade numérica com o apoio de asiáticos e latino-americanos.

Os africanos passavam a usar o mesmo tipo de argumento empregado pela diplomacia brasileira para justificar os votos relativos a Portugal. O Brasil sempre afirmou que a questão portuguesa devia ser considerada isoladamente, sem relação com outros assuntos e nas relações bilaterais. A partir de então, os africanos passaram a declarar que seus votos coletivos contra os interesses do Brasil deviam ser apreciados exclusivamente no contexto parlamentar, sem influir nas relações bilaterais, que desejavam ver ampliadas. Reciprocavam, dessa forma, a atitude brasileira. A médio e longo prazo, se previa que a persistência dessa tensão geraria o enfraquecimento da teia de relações diretas que vinham lentamente se formando, e cuja consolidação era essencial a qualquer projeto de segurança política e expansão econômica no continente. Na Nigéria, Gibson foi claramente informado de que o principal obstáculo a uma associação entre a Petrobras e a então *Nigerian National Oil Corporation*, para a exploração do petróleo naquele país, era o temor de que o óleo pudesse ser reexportado para Portugal, ou mesmo fornecido às tropas portuguesas na África.

Outro fator surgia para agravar a situação portuguesa na África. A sugestão de uma identificação consciente de Portugal com a África do Sul e a Rodésia (Zimbábue). Até então, o governo português vinha sempre se opondo ao racismo adotado pelos dois países. Entretanto, na mesma entrevista citada, Caetano proferiu que “‘o ataque à África Portuguesa, à África do Sul e à Rodésia faz-se com fundamentos diversos, mas, no fundo, o que se pretende é expulsar os brancos da África austral’”¹⁵ (sic). Havia Especulações sobre se trataria de uma atitude desesperada, com a confirmação de rumores em torno de uma aliança entre aqueles três países. Na análise de Gibson, era o risco de uma perigosa contaminação da presença portuguesa na África, marcada historicamente por uma reconhecida, de seu ponto de vista, tolerância racial.

Gibson Barboza ainda apresentava no documento a refutação de uma tese existente entre setores extremados brasileiros. Esta entendia que, em nome da defesa do Atlântico Sul e da rota do

¹⁵ Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42)(A), de 22 de janeiro de 1974 (Arquivo do Itamaraty). Em: LIMA, Sérgio & SANTOS, Luís C. (orgs.). *Op. cit.* p. 110.

Cabo, se deveria recrudescer o apoio ao colonialismo português. Entretanto, isso era considerado inviável sem a presença dos EUA, país que já se opunha a assinar um compromisso de aliança com a África do Sul e o Portugal ultramarino. Os norte-americanos consideravam mesmo que uma atitude desse tipo levaria a uma retaliação africana, que como resposta facilitaria a presença “maciça” da esquadra soviética no Atlântico. Uma política que geraria resultados opostos aos seus objetivos. Além disso, o chanceler salientava que o interesse básico do Brasil deveria ser o de fazer países aliados e amigos do outro lado do Atlântico. Se aliar desta forma com a África do Sul e Portugal traria graves e imediatas consequências, não só por parte dos africanos.

O apoio dado a Portugal, passou a ser contabilizado como um período em que se esperava uma paulatina mudança da política portuguesa no sentido de promover a autodeterminação de seus territórios. Uma política que passou a ser vista como “oportunidade” não aproveitada por Lisboa. Teria se criado assim, um risco para a segurança brasileira na medida em que as lideranças e quadros dirigentes dos movimentos nacionalistas formados na cultura portuguesa e admiradores da cultura brasileira, terminassem por dar lugar a elementos “esquerdistas extremados”, favoráveis a regimes comunistas ou antiocidentais. Caso isso ocorresse, acreditava-se mesmo na permissão à URSS para a instalação de bases navais “em frente às nossas costas”.

Apesar de demonstrar essa crença, a avaliação da presença da União Soviética no continente era a de que ela não havia conseguido penetrar nos países independentes africanos. Se considerava que em todos os movimentos nacionalistas havia “elementos comunistas”, mas que foram a seu tempo neutralizados, conforme a maneira e a oportunidade em que as independências foram feitas. Naquele momento, apenas um país se dizia comunista, o Congo-Brazaville, onde se encontravam técnicos soviéticos, cubanos e chineses, porém, o país não se havia afastado da órbita francesa, antiga metrópole. A Guiné-Conacri, “após desastrosa aproximação com a URSS e a China”¹⁶, e apesar de usar *slogans* marxistas-leninistas, buscava entendimento com a França e investimentos norte-americanos. A Tanzânia, apesar de ligações com a China, não se alinhou ao bloco comunista, mantendo estrito controle sobre seus elementos extremados.

Falhada a tentativa do diálogo promovida pelo governo Médici, uma vez que Portugal não o desejava, Barboza cumpria o que julgava um dever de lealdade. Fazer esse “relato histórico aos que nos sucederão no quarto Governo da Revolução, complementando-o com um projeto de política” (sic). Nesse sentido, “o grande objetivo e a missão histórica do Brasil com respeito a esse magno e fundamental problema” era “a preservação do patrimônio cultural do ‘mundo que o português criou’”, sendo o Brasil “o principal herdeiro desse legado”. Isso se realizaria mediante uma comunidade de nações unindo ao Brasil e a Portugal metropolitano os territórios de Angola,

¹⁶ Ibidem. pp. 114-5.

Moçambique e Guiné-Bissau, tornados independentes, “todos em pé de autêntica igualdade”. A comunidade luso-afro-brasileira a todos traria vantagens.¹⁷

Para o Brasil, geraria um acréscimo ponderável de seu poder nacional e influência no concerto das nações. Além do Atlântico Sul, com Angola e Guiné-Bissau, Moçambique ofereceria possibilidades de extensão da presença brasileira no Oceano Índico e na Ásia em geral. Seriam três novas nações africanas constituindo ponto de apoio ao estreitamento de relações com os demais países africanos. A criação de um valioso mercado consumidor para os manufaturados e semimanufaturados brasileiros, além de se constituírem em fontes preferenciais de matérias-primas, como o petróleo. Uma comunidade luso-afro-brasileira de nações ainda aumentaria o peso específico do Brasil no interior das comunidades latino-americana e interamericana.

O esforço pela separação das relações bilaterais entre os dois países do problema ultramarino era considerado “certamente difícil e mesmo penoso, mas bem menos árduo e prejudicial do que manter uma política que até agora foi acertada, pois que precisávamos esgotar todas as possibilidades de diálogo”¹⁸. Isso estando o Itamaraty consciente da insistência portuguesa em definir que nas várias convenções e acordos bilaterais se exigiam artigos em que se definia que estes só eram aplicáveis ao Portugal metropolitano. Isso era fruto da inquietação provocada pelo receio da uma presença brasileira em Angola ou Moçambique. Assim, se ampliava ou encolhia a abrangência dos compromissos conforme os interesses lusitanos, que jamais facilitavam qualquer penetração brasileira no seu ultramar, excetuando-se em projetos de denso conteúdo político e capazes de comprometer o Brasil com as teses e posições internacionais portuguesas.

Mario Gibson Barboza finalizava sua Exposição de Motivos fazendo referência a uma outra, confeccionada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, quase que simultaneamente à sua, e encaminhada ao ditador-presidente também em janeiro de 1974. Nesta ele via uma coincidência de preocupações relativas ao futuro da posição brasileira nas suas relações com Portugal, a fim de evitar prejuízos à Segurança Nacional e assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento do Brasil. Essa referência significava que não apenas o chanceler informava a Médici sobre a política internacional, e não só o Itamaraty aconselhava suas tomadas de decisões. Aspectos de cunho militarista mais rigidamente ligados ao modelo da ideologia de segurança nacional que predominaram em seu governo provavelmente eram levados em alta consideração pelo mandatário – acima foi citada a tese do recrudescimento do apoio ao colonialismo português pelos extremados. Aspectos presentes de maneira apenas tênue na Exposição do chanceler. Somente o acesso – que não ocorre – ao documento citado poderia sanar

¹⁷ Ibidem. pp. 115-6.

¹⁸ Ibidem. pp. 119.

totalmente esta observação. O exemplo mais cabal desse radicalismo ideológico se encontrava exatamente no fato de que, com a ditadura, o Brasil tenha adotado não só o alinhamento automático com os EUA, mas posteriormente se isolado nos foros das Nações Unidas ao lado do que havia de mais extremo na direita internacional: o regime racista e segregacionista do *apartheid* sul-africano, o racismo rodesiano, e o colonialismo português.

O diplomata Ovídio de Andrade Melo, no futuro, viria a ter uma entrevista com Marcelino Santos, chanceler oficioso da Frelimo antes da independência. Nesse encontro, o moçambicano demonstrava “incontida irritação” ao lembrar da missão brasileira. Conforme Ovídio, lhe dissera que “Gibson, de começo, havia suscitado muitas esperanças para depois causar ainda maiores decepções, pois viera à África para reiterar as posições brasileiras tradicionais, favoráveis ao colonialismo português”.¹⁹

A despeito de toda a argumentação apresentada por Gibson apontando para os prejuízos do alinhamento com Portugal e das vantagens para o Brasil de uma aproximação mais franca com as nações africanas, não há nada, por parte de Médici, que aponte alguma mudança da política internacional que vinha sendo seguida até ali. Exposição relevante, apesar de extensa, traz importantes revelações sobre as concepções adotadas pelo regime em torno do tema, além de informações de cunho diplomático não acessíveis por outros meios – majoritariamente condizentes com outras fontes e bibliografia. Isso apesar de omissões, visões amenizadas e possíveis equívocos interpretativos ou deslocamentos de sentidos provocados por posições políticas e ideológicas que envolviam tanto as práticas colonialistas quanto a bipolarização global. A mostra mais cabal disso, a pretensa dissociação dos votos e abstenções favoráveis a Portugal da condenação do colonialismo e do racismo.

Exemplo de que não havia indicação de mudanças para a política internacional do regime era o fato de que o governo não reconheceu a proclamação unilateral de independência da República da Guiné-Bissau, ocorrida em 24 de setembro de 1973. De imediato, a nova nação passou a ser reconhecida por setenta Estados-Membros e pela OUA. Em novembro, a ONU condenou Portugal pela ocupação ilegal de parte daquele território, solicitando a retirada imediata de suas tropas²⁰. O reconhecimento por parte do Brasil viria a ocorrer no início do governo Geisel, em julho, antes mesmo de Portugal que, numa conjuntura já totalmente diferente, viria a reconhecer a independência de sua ex-colônia em setembro de 1974. Portanto, até o mandato de Geisel, apesar dos vislumbres apresentados por Gibson, não havia nada que apontasse para uma mudança na política em relação à África, especialmente da forma como ela viria a ocorrer. No máximo, até

¹⁹ Embaixador Ovídio de Andrade Melo. In: LIMA, Sérgio & SANTOS, Luís C. (orgs.). *Op. cit.* p. 171.

²⁰ AUGUSTO, Cláudio. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, página 33.

então, se poderia esperar uma modificação que acompanhasse o ritmo e o compasso de Portugal e dos líderes ocidentais, sem nunca ultrapassá-los.

Referências bibliográficas

Livros

AUGUSTO, Claudio. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Unesp, 2011.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCO, Alvaro (org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2007-2008, 2v.

LIMA, Sérgio Eduardo & SANTOS, Luís Cláudio (orgs.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos*. Brasília: Funag, 2015.

SPEKTOR, Matias (org.). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Referências de artigos em periódicos

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. 2004. (mimeo).

PINHEIRO, Leticia. "Ao vencedor, as batatas": o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*. V. 1, n. 39, p. 85-92, 2007.

SARAIVA, José F. Sombra; GALA, Irene Vida. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. *X Congresso Internacional da ALADAA*. Rio de Janeiro: Ucam, 2000. <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>> (Acesso em 16 de janeiro de 2018)